

ORGANIZANDO GRUPOS DE FÉ E POLÍTICA

ROTEIRO PARA GRUPOS DE REFLEXÃO E AÇÃO





ORGANIZANDO GRUPOS DE FÉ E POLÍTICA

ROTEIRO PARA GRUPOS DE REFLEXÃO E AÇÃO

Esta cartilha é uma edição revista e atualizada pelo Coletivo de Fé e Política do Vicariato Episcopal para a Ação Social, Política e Ambiental, a partir de uma publicação elaborada e distribuída pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Nesp/PUC Minas), no ano de 2007.

Ilustração e diagramação: Fernando Perdigão e Joyce de Paula Carvalho

1º edição em novembro de 2025.

Tiragem: 500 exemplares.



Fé e política: um diálogo possível?

A atividade realizada na pólis, isto é, na cidade. Esta é a compreensão que a etimologia da palavra “política” nos oferece. Não se trata, pois, de qualquer atividade, mas daquela que tem como propósito a construção coletiva de uma realidade que favoreça a prevalência da justiça, da fraternidade e da solidariedade indistintamente, sem contrassensos ou dissimulações, cujo único interesse seja a garantia dos recursos mínimos necessários para que cada um desenvolva a sua vida contando com as assistências institucionais da saúde, educação, segurança, cultura, emprego e dentre outros. Isso é o que os gregos antigos nos legaram como conteúdo do que outrora, e ainda hoje, é tido como o bem comum. Este é o real papel da política: lutar em prol do bem comum. Do contrário, esta se desvirtua e acaba se tornando aquilo que, alegoricamente, Aristóteles chamou de “besta”.

Infelizmente, acompanhamos, não raras vezes, a política assumindo um papel que não é de sua natureza, mas que se adequa à ressalva denunciada pelo famoso estagirita. Corrupções endêmicas, improbidades, intolerância, resistência ao diálogo, desrespeito, falta de discernimento e de ponderações ao subjetivismo, relativismos ideológicos, absolutismos obtusos e assim por diante. O bem comum fica comprometido e a sociedade padece por algo que poderia ser diferente. E o que pode ajudar a refletir, ponderar e considerar acerca dos novos horizontes possíveis à política institucional é justamente a fé.

A fé é um dom de Deus e uma resposta humana. Esta assume múltiplas configurações, que vão desde a oração e dinâmica das comunidades até o testemunho dado a nível social e cívico. Uma fé abnegada de gestos, ou seja, sem obras, é morta (Tg 2,26). Logo, a fé exige comprometimento em todas as dimensões humanas, sejam

essas individuais ou coletivas. Isto é feito, também, na medida em que o cristão se preocupa com a comunidade e se esforça por ser uma presença de qualidade em seu meio, colaborando para que o bem comum não seja uma utopia ou meramente teoria, mas seja um fato motivado e sustentado, sobretudo, pelos valores do Evangelho de Jesus Cristo.

Assim sendo, este material tem como finalidade fornecer um conteúdo de fácil acesso capaz de auxiliar cada pessoa em seu processo de formação cidadã através da política teórica, reflexiva e participativa. Não há pretensões de apontar diretrizes sobre partidos, atores envolvidos ou qual o melhor lado a se assumir frente a um contexto polarizado, ferindo, assim, as consciências. Enquanto Igreja, nossa tarefa é estar com as pessoas e instruí-las no que diz respeito à política enquanto participação ativa, propositiva, resolutiva e crítica, tendo a fé não como instrumento, mas enquanto um norteador hábil a manter a política embasada na ética, no respeito à pessoa, na vanguarda da dignidade humana e na jurisprudência que nos caracteriza como nação brasileira.

Esperamos, portanto, que este material seja profícuo e fomenta grupos de reflexão, debate e trocas sadias de ideias e opiniões. Disso dependem a formação política e cidadã de cada um, a quebra de preconceitos infundados acerca das temáticas abordadas, a saúde da democracia e o presente/futuro da NOSSA cidade, do NOSSO Estado, do NOSSO país.

Cordial abraço, com muito apreço!

Pe. Thiago Augusto
Vicariato Episcopal para
Ação Social, Política e Ambiental

Apresentação

Esta cartilha é fruto de um caminho bonito e comprometido que vem sendo trilhado há muitos anos na Arquidiocese de Belo Horizonte. Trata-se de uma edição revista e ampliada de uma publicação que já faz parte da caminhada dos Grupos de Fé e Política em nossa Igreja particular. A última edição, lançada em 2007, foi coordenada pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e marcou um tempo importante de formação, diálogo e compromisso cristão com a transformação da sociedade.

Desde então, muita coisa mudou. Novos desafios emergiram e a vida social foi profundamente transformada, sobretudo com o avanço das tecnologias da informação e comunicação. No entanto, o compromisso que move este trabalho permanece o mesmo: promover a conscientização política inspirada pela fé cristã, que reconhece em cada pessoa a dignidade de filha e filho de Deus e que busca construir, com esperança e coragem, uma cultura de paz, justiça e solidariedade.

Esta nova edição nasce do empenho do Coletivo de Fé e Política e do Vicariato Episcopal para a Ação Social, Política e Ambiental da Arquidiocese de Belo Horizonte em acompanhar os Grupos de Fé e Política já existentes e estimular a organização de outros. Ela é um convite à caminhada conjunta, à escuta recíproca e à vivência da sinodalidade, como nos exortou com profundidade e firmeza o Papa Francisco, para que possamos fortalecer a cultura do encontro e o compromisso com o bem comum.

Incentivamos que esta cartilha seja usada amplamente pelos grupos de fé e política nas Comunidades, Paróquias, Foranias e Regiões Episcopais, como instrumento de reflexão, diálogo e ação. Que ela ajude nossas comunidades a unir oração e compromisso, espiritualidade e cidadania, fé e transformação social.

Desde já, nosso coração se enche de entusiasmo e gratidão a todos e todas que se dispuserem a utilizar este material e a difundir-lo em sua atuação pastoral, contribuindo para que, como Povo de Deus em movimento, estejamos sempre firmes no seguimento de Jesus Cristo e na construção de uma sociedade mais fraterna, justa e de paz.

Coletivo de Fé e Política



1º Encontro

FÉ E POLÍTICA



Nas últimas décadas, especialmente e de forma privilegiada na América Latina, os cristãos têm buscado realizar a caridade tomando-a sob uma perspectiva transformadora, colocando-se a serviço dos mais fracos, dos oprimidos, agindo como “fermento na massa ou sal na comida” (Mt 13,23), conforme já o fazia o próprio Cristo, em suas práticas de justiça e caridade, há mais de dois mil anos.

No Brasil, a Igreja tem incentivado a participação ativa dos cristãos em grupos, movimentos e organizações coletivas que visem à transformação da sociedade, pela via da ação política. A Igreja, dessa forma, assume “as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens, principalmente dos pobres e de todos os que sofrem” (Vaticano II; GS 1). Essa afirmativa, que hoje nos parece comum, era uma novidade quando proposta, há 60 anos, e, apesar de estar embasada nos ensinamentos de Jesus, ainda não atingiu os corações de muitos católicos, gerando certo estranhamento quando a Igreja toma posições políticas em favor dos mais pobres e excluídos, em razão da fé.

O que é fé?

A fé é um modo de existência, um modo de ser no mundo. Não é um ato dentre outros, mas uma atitude, uma opção de vida que inspira todos os demais atos da nossa vida. Para o cristão, ter fé é viver na dimensão do Reino, o que implica uma decisão radical e total (Lc 14,26.33; Mt 13,44-45). A fé se manifesta externamente de muitos modos. Ela busca a totalidade e não se restringe a um setor da vida, ao culto, por exemplo.

A fé se expressa no mundo na forma de ações, como prática que transforma o ser e transforma o mundo, portanto, ela se manifesta como práxis. E se é práxis, a fé traz em si o compromisso social, e o encaminhamento das questões sociais passa, necessariamente, pela política.

O que é política?

A política trata das relações de poder entre os cidadãos. A política é a expressão desse poder, ou seja, é a forma de explicitar os anseios de autonomia de indivíduos, grupos e povos. Portanto, ela não equivale somente ao governo ou à atividade dos políticos. Trata-se do exercício coletivo dos integrantes de uma sociedade, tendo em vista o bem comum, por meio da intervenção consciente no mundo, em busca de sua transformação e do aprimoramento da vida.

O que é o bem comum?

O bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida que propiciem e favoreçam o desenvolvimento integral do ser humano.

Discorrendo sobre o bem comum, o Papa João XXIII, na Carta Encíclica Paz na Terra, diz:

“O bem comum é a razão de ser dos poderes públicos. Os governantes devem promovê-lo respeitando seus elementos essenciais e adaptando suas exigências às atuais condições históricas.”

[...]

“Todos os membros da sociedade devem participar do bem comum [...] Por razões de justiça, os poderes públicos devem ter especial consideração para com os membros mais fracos da comunidade, os quais se encontram em posição de inferioridade para reivindicar e cuidar de seus legítimos interesses.” [...]

“É necessário que os governantes se empenhem a fundo para que ao desenvolvimento econômico corresponda o progresso social. E que se desenvolvam os serviços essenciais, como: construção de estradas, transportes, comunicações, água potável, moradia, assistência sanitária, condições idôneas para a vida religiosa e ambiente para o esparecimento do espírito. Também é necessário que se esforcem por proporcionar aos cidadãos todo um sistema de seguros e previdência, a fim de que não venha a faltar-lhes o necessário para uma vida digna em caso de infortúnio ou agravamento de responsabilidades familiares. A todos os que são capazes para o trabalho seja facultado um emprego correspondente à sua capacidade. A remuneração do trabalho obedeça às normas de justiça e equidade.”

POLÍTICA

Política vem do grego *pólis*, que significa cidade. O político é aquele que integra a coletividade da cidade. Portanto, o exercício da política envolve todas as relações sociais: a convivência na família, a participação na comunidade, na escola, nas associações, no bairro, na vila, nas redes sociais... Ou seja, queiramos ou não, todos fazemos política, por toda a nossa vida, porque nossas ações sempre trazem consequências para os outros.

Há, portanto, uma profunda relação entre caridade e política e ela se apresenta aos cristãos como exigência de que, pelas razões da fé, exerçam sua cidadania, como sujeitos da construção de uma

sociedade democrática, justa e solidária, realizando aqui na Terra o Reino de Deus, por meio da ação política. É por isso que o Papa Paulo VI dizia ser a política a mais alta forma de exercício da caridade, o que foi reforçado pelo Papa Francisco.

“um indivíduo pode ajudar uma pessoa necessitada, mas, quando se une a outros para gerar processos sociais de fraternidade e justiça para todos, entra no «campo da caridade mais ampla, a caridade política».[165] Trata-se de avançar para uma ordem social e política, cuja alma seja a caridade social.[166] Convido uma vez mais a revalorizar a política, que «é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum».”

Papa Francisco, Fratelli Tutti, nº 180, 2020

Para Jesus, o poder só pode ser entendido como serviço (Mc 9,33-35; Jo 13,12-17). Com Ele se dá um novo êxodo marcado por seu profetismo, que anuncia novos valores e denuncia as injustiças. A missão de Jesus (Lc 4,18-19) centrou-se na defesa da VIDA (Jo 10,10), propondo novos modos de viver e organizar as relações entre os homens segundo o direito e a justiça, o que já questionava o sistema político. Jesus se comprometeu tanto com essa causa que foi condenado e morto pelos representantes do poder político e religioso.

Quem segue Jesus compromete-se com sua causa — a construção do Reino de Deus —, e essa construção passa pela ação política.

O Papa Bento XVI, na Carta Encíclica Deus é Amor, aponta que “a justiça é o objetivo e, consequentemente, também a medida intrín-

seca de toda política. A política é mais do que uma simples técnica para a definição dos ordenamentos públicos: a sua origem e o seu objetivo estão precisamente na justiça, e esta é de natureza ética. [...] A Igreja [...] não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça, trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem. O Papa Francisco também reforçou esse posicionamento ao lembrar que:

“no diálogo com o Estado e com a sociedade, a Igreja não tem soluções para todas as questões específicas. Mas, juntamente com as várias forças sociais, acompanha as propostas que melhor correspondam à dignidade da pessoa humana e ao bem comum. Ao fazê-lo, propõe sempre com clareza os valores fundamentais da existência humana, para transmitir convicções que possam depois traduzir-se em ações políticas.”

Carta Encíclica Evangelii Gaudium, nº 241.

Para refletir:

1. Diz o Concílio Vaticano II: “O divórcio entre fé e vida cotidiana é um dos mais graves erros do nosso tempo.” (GS 43,1)

- Quais são as raízes desse divórcio?
- Quais são seus frutos?

- Como superar esse divórcio?
- 2. O que você conhece sobre a ação política dos católicos, ao longo da história da Igreja?
- 3. Como podemos dar continuidade a essa história?

Para saber mais:

Espiritualidade Política

Espiritualidade política diz respeito ao agir do cristão no mundo, tem a ver com o jeito de se relacionar no cotidiano. Algumas atitudes caracterizam a vivência dessa espiritualidade:

- discernimento no Espírito Santo, diante das realidades e desafios;
- Escuta ativa dos outros;
- Defesa da vida, desde a sua concepção até o seu fim natural;
- Respeito às diferenças;
- Respeito e cuidado com o meio ambiente e a nossa Casa Comum;
- Opção pela via da reconciliação, do diálogo e do perdão;
- Acreditar na democracia;
- Respeito pela Lei suprema da nação: a Constituição Federal de 1988.

“Conheço quem é de Deus não quando me fala de Deus e sim pelo modo de se relacionar com os outros”.

Essa frase de Simone Weill, mística e filósofa francesa nos ajuda a compreender que a política pode ser uma expressão concreta da fé em Deus.

Uma atitude concreta dessa espiritualidade é a oração pelos políticos, uma recomendação feita, inclusive, pelo apóstolo Paulo:

“Recomendo, pois, antes de tudo, que se façam pedidos, orações, súplicas e ações de graças, por todos os homens, pelos reis e todos que detêm autoridade, a fim de que levemos uma vida calma e serena, com toda piedade e dignidade”

(1Tm 2,1-2).”

Fonte: CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA: “A esperança não decepciona” (Rm 5,5) - Eleições Municipais 2024, Regional Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Outros materiais importantes:

REVISTA CASA COMUM

A Revista Casa Comum é uma iniciativa de comunicação do Sefras - Ação Social Franciscana, em parceria com diversas instituições e que atuam no campo socioambiental. Trata-se de um projeto multimeios, com incidência nas mídias impressa, digital e audiovisual. Possui como objetivo o fortalecimento das ações populares, produção de conteúdo crítico e disseminação de informações qualificadas. Seu conteúdo, que inclui trilhas formativas sobre temas relacionados à política e à defesa dos direitos humanos e ambientais, pode auxiliar na preparação dos encontros do grupo de fé e política. Acesse aqui o site: Revista Casa Comum



aponte a câmera do
seu celular e leia o
Qr-Code.

Programa Pólis - TV Horizonte

É um programa de debate e reflexão que discute questões sociais, políticas e culturais, como cidadania, direitos humanos e justiça social. Os vídeos podem ser utilizados como ponto de partida para discussões mais amplas nas reuniões comunitárias e também nos espaços de interação virtual nas redes sociais. É exibido na grade de programação da TV Horizonte e também disponibilizado pelo Youtube:



aponte a câmera do
seu celular e leia o
Qr-Code.

2º Encontro

POR QUE É IMPORTANTE CRIAR GRUPOS DE FÉ E POLÍTICA?

Olhando a nossa realidade



O Brasil ainda é um país de contrastes profundos. Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, somos mais de 200 milhões de habitantes, mas essa população cresce cada vez mais devagar e vive de maneira desigual. Ao mesmo tempo em que há avanços em tecnologia, saúde e educação, milhões de brasileiros ainda enfrentam dificuldades para garantir o básico: renda, moradia digna e segurança.

A desigualdade social continua sendo uma das marcas do país. Dados do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA mostram que a renda média do trabalhador gira em torno de R\$ 2.900,00, mas cerca de um terço dos trabalhadores possui rendimento de até um salário mínimo. A concentração de renda é alta: os 10% mais ricos ficam com quase metade de tudo o que é produzido no Brasil. Essa realidade se reflete no acesso desigual à educação, moradia e oportunidades de trabalho.

No campo da educação, o país ainda enfrenta grandes desafios. Embora quase todas as crianças estejam na escola, a qualidade do ensino público varia muito, e o abandono escolar ainda é frequente entre jovens de baixa renda. A falta de formação adequada dificulta o acesso a empregos de melhor remuneração, perpetuando o ciclo da pobreza.

A empregabilidade melhorou após a pandemia, mas o mercado de trabalho ainda é marcado pela informalidade: cerca de 38% dos trabalhadores não têm carteira assinada. Isso significa instabili-

dade e falta de proteção social. As mulheres, os jovens e as pessoas negras são os mais afetados pelo desemprego e pelos baixos salários.

Na habitação, o déficit habitacional brasileiro ultrapassa 6 milhões de domicílios, segundo dados do Censo de 2022 divulgados pela Fundação João Pinheiro. Muitas famílias vivem em áreas sem saneamento adequado, em casas improvisadas ou muito distantes dos centros urbanos. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que reúne cerca de 6 milhões de pessoas, a expansão urbana avança sobre áreas de risco e sem infraestrutura básica, enquanto o preço dos aluguéis cresce mais rápido que a renda.

A segurança pública também preocupa. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que, embora as taxas de homicídio tenham caído nos últimos anos, a violência ainda afeta fortemente as periferias e os jovens, sobretudo os negros. A sensação de insegurança é alta, e o sistema prisional continua superlotado.

Diante dessa realidade, a fé cristã e a política se encontram no compromisso com a vida, a dignidade e a justiça social. Refletir sobre essa conjuntura é reconhecer que a transformação começa com a consciência e a ação coletiva. O cuidado com a Casa Comum, a busca por políticas públicas justas e a participação ativa das comunidades são caminhos concretos para que a esperança se torne força transformadora — uma esperança que se traduz em compromisso com o bem comum e com os que mais sofrem.

NOTA METODOLÓGICA

O presente texto foi elaborado a partir de dados oficiais de instituições públicas de pesquisa, com o objetivo de oferecer uma leitura sintética e acessível da conjuntura socioeconômica brasileira e da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As informações populacionais e demográficas foram retiradas do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados sobre renda, desigualdade e mercado de trabalho baseiam-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, complementados por análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

As informações sobre educação foram consultadas no Censo Escolar da Educação Básica 2023, publicado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Os dados sobre habitação e déficit habitacional provêm de análise dos dados do Censo de 2022 pela Fundação João Pinheiro, referência nacional no tema, com foco especial na situação da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As informações referentes à segurança pública foram extraídas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Há muito o que fazer!

Frente aos grandes problemas humanos, a 6ª Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de Belo Horizonte, seguindo o percurso das anteriores, destacou como prioridade a ação social e política como forma de testemunhar Jesus Cristo junto à sociedade, sendo expressão da presença pública da Igreja, anunciando o Reino de Deus e seus valores. Nossas ações visam, portanto, a:

- contribuir para uma evangelização que busque a plena implantação do Reinado de Deus;
- despertar a consciência crítica, frente à realidade político-social brasileira;
- mobilizar a sociedade na busca pelos seus direitos e deveres;
- defender a dignidade da pessoa humana;
- estimular o exercício da cidadania e o surgimento de lideranças democráticas, comprometidas com a causa dos excluídos;
- estimular as ações e condutas éticas em todos os níveis do serviço público e político, combatendo a corrupção e a manipulação inescrupulosa do dinheiro público;
- acompanhar e fiscalizar os trabalhos dos políticos eleitos, visando a manter sua fidelidade à ética e aos compromissos assumidos com o povo;
- trabalhar para a formação de grupos de Fé e Política e a capacitação de seus membros;
- conhecer e discutir as leis vigentes no país e promover ações que conduzam ao seu cumprimento;
- estimular a participação dos grupos de Fé e Política nos diversos segmentos organizados da sociedade;

- favorecer a participação e o diálogo entre pessoas que tenham ideologias políticas diferentes;
- acompanhar os cristãos engajados nas lutas populares.
- apoiar as articulações das forças vivas da sociedade em torno de um projeto de sociedade justa e solidária;

“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro na vida. Já várias vezes convidei a fazer crescer uma cultura do encontro que supere as dialéticas que colocam um contra o outro. É um estilo de vida que tende a formar aquele poliedro que tem muitas faces, muitos lados, mas todos compõem uma unidade rica de matizes, porque «o todo é superior à parte. O poliedro representa uma sociedade onde as diferenças convivem integrando-se, enriquecendo-se e iluminando-se reciprocamente, embora isso envolva discussões e desconfianças. Na realidade, de todos se pode aprender alguma coisa, ninguém é inútil, ninguém é supérfluo. Isto implica incluir as periferias. Quem vive nelas tem outro ponto de vista, vê aspetos da realidade que não se descobrem a partir dos centros de poder onde se tomam as decisões mais determinantes.”

Papa Francisco, Encíclica *Fratelli Tutti*, nº 215, 2020

Para refletir:

1. Como você avalia a atuação dos cristãos diante da carência de políticas públicas em sua região?
2. Como seu grupo pode responder aos desafios de tantos irmãos que passam fome, não têm um serviço de saúde com qualidade, não têm uma educação para a cidadania, etc.?

Para saber mais:

Como Fazer uma Análise de Conjuntura Popular

Realizar uma análise de conjuntura é tentar compreender o tempo presente: o que está acontecendo ao nosso redor, quais são suas causas e o que podemos fazer diante disso. É um exercício de leitura crítica da realidade, feito com os pés firmes na fé e o coração voltado para o bem comum.

1. Começar olhando a realidade

O ponto de partida é a observação atenta do cotidiano. É preciso escutar o que o povo diz, perceber o que muda no bairro, na cidade, no país e até no mundo.

Algumas perguntas podem ajudar:

- Que fatos novos estão marcando o momento atual?
- Quais problemas mais atingem o povo?
- Onde percebemos sinais de solidariedade, esperança e resistência?

É importante recolher informações concretas — dados, notícias, experiências — mas também valorizar o olhar e o sentimento das pessoas, que revelam muito da vida real.

2. Reunir e organizar os fatos

Depois da observação, o grupo anota os temas mais significativos: economia, política, meio ambiente, educação, segurança, saúde, moradia, entre outros.

Neste momento, ainda não é hora de tirar conclusões, e sim de colocar todas as peças no quadro, para depois compreender o conjunto.

3. Buscar o porquê das coisas

Agora vem o passo da interpretação: entender por que a realidade está como está.

Toda conjuntura nasce do encontro — e também do conflito — entre diferentes forças sociais, políticas e econômicas.

Perguntas úteis:

- Quem toma as decisões e a quem elas beneficiam?
- Quais interesses estão escondidos por trás das aparências?
- Quem mais sofre e quem mais ganha nessa situação?

A leitura da fé cristã acrescenta novas luzes:

- Onde estão os pobres e excluídos?
- Quais leituras bíblicas e de documentos da Igreja podem nos inspirar diante dessa realidade?
- Que sinais do Reino de Deus podemos reconhecer nesse contexto?

4. Discernir à luz da fé

O grupo, iluminado pela Palavra e pelo compromisso evangélico, busca compreender o que Deus nos pede diante dessa realidade.

Não se trata de julgar pessoas, mas de identificar atitudes, valores e práticas que promovem — ou ferem — a dignidade humana.

Perguntas que orientam o discernimento:

- Que sinais de esperança precisamos fortalecer?
- Que injustiças devem ser denunciadas?
- Quais ações concretas somos chamados a assumir?

5. Assumir compromissos e agir

A análise de conjuntura é um caminho para a ação transformadora.

Depois de entender a realidade, o grupo escolhe por onde começar: uma roda de conversa, uma formação, uma campanha solidária, um diálogo com o poder público ou com outras comunidades.

A transformação acontece quando a fé se torna compromisso coletivo.

6. Rever e continuar o processo

A realidade muda, e nossa leitura precisa mudar com ela. Por isso, é importante retomar o processo de tempos em tempos, avaliando o que se alterou e o que permanece.

A análise de conjuntura é, acima de tudo, um caminho de aprendizado e de fé ativa, que fortalece a consciência crítica e o compromisso com a vida e a justiça.

Texto inspirado na metodologia de análise de conjuntura apresentada por Herbert de Souza, o Betinho, em Como se faz análise de Conjuntura (Editora Vozes) e também no método Ver, Julgar e Agir, difundido por documentos pastorais e amplamente utilizado pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, Pastorais Sociais e Movimentos Populares.



3º Encontro

O AGIR DE UM GRUPO DE FÉ E POLÍTICA



Ao sugerir a formação dos grupos de Fé e Política, a Igreja propõe que todos se integrem no processo de valorização da vida e que os participantes tenham uma visão local e global da realidade.

O que acontece em nossa comunidade tem repercussão na vida da cidade e, ao mesmo tempo, sofre as influências de fenômenos externos, como políticas públicas, impactos econômicos e até mesmo conflitos sociais em outras partes do planeta. É por isso que um grupo de Fé e Política não deve ser fechado em si mesmo, pensando somente naquilo que acontece na própria comunidade, mas tendo certeza de que sua atuação pode, sim, ser eficaz para o bem do próprio município, do estado, do país.

Testemunho cristão de cidadania e participação política

Para concretizar sua presença pública na sociedade, é missão da Igreja incentivar o surgimento de novas lideranças entre os leigos, estimulando sua formação para uma participação solidária e cidadã nas organizações e movimentos populares: associações comunitárias de moradores, de pais e mestres, assembleias do Orçamento Participativo, grêmios estudantis, colegiados escolares, conselhos tutelares, de saúde, de segurança alimentar, de educação, de transporte, de segurança pública, sindicatos profissionais de trabalhadores, etc.

É também importante que os leigos se preparem e concorram a cargos eletivos para os poderes legislativo e executivo, em nível municipal, estadual e federal.

A cidadania também se faz na participação política, quando são tomadas decisões que afetam a vida de todos. Portanto, um grupo de Fé e Política não deve atuar apenas como meio de discussão dos problemas, mas como instrumento para encaminhar sua resolução. Para tanto, é fundamental que sejam criadas condições para que o maior número de pessoas discuta e comprometa-se com todos os seus encaminhamentos.

Devemos ter sempre presente que a participação dessas lideranças se faça de modo comprometido com os princípios evangélicos, com a Doutrina Social da Igreja e os valores da ética e da justiça, fundamentais para a vida.

Possibilidades de ação

A Igreja não pode, nem deve substituir o poder público, mas incentiva o cidadão a uma participação ativa, principalmente no fortalecimento da sociedade civil organizada. Daí o papel de um grupo de Fé e Política e seu vasto campo de atuação, visando a:

- atuar junto à comunidade para discutir os problemas do bairro, os reflexos e impactos das decisões e das políticas públicas governamentais;
- mobilizar os cidadãos para avaliar a atuação dos representantes eleitos do legislativo e do executivo, além do trabalho realizado pelo judiciário;
- estudar os projetos, emendas e propostas de leis feitas pelos três poderes, avaliando e analisando seus erros e acertos;
- propor que a comunidade e os movimentos reflitam sobre o aspecto libertador da fé cristã, realizando um verdadeiro espírito de comunhão com as demais pastorais, movimentos, grupos paroquiais e de outras denominações religiosas;
- promover a reflexão e a ação diante de questões de interesse público, tais como: saúde, educação, moradia, desenvolvimento econômico e social, segurança, respeito ao meio ambiente e segurança alimentar;

- preocupar-se com a formação dos jovens nas escolas, nas pastorais, na vivência da cidadania, como atores no processo de transformação de sua própria realidade, inclusive na condição de eleitores;
- promover iniciativas transformadoras que visem a preservação da nossa Casa Comum, com ações sustentáveis e que visam a equidade, como a Economia de Francisco e Clara;
- estimular a comunidade cristã a se envolver nos momentos de concentração em torno das questões sociais e de mobilização para a luta, tais como a **Campanha da Fraternidade**, o **Dia do Trabalhador (1º de maio)** e o **Grito dos Excluídos (7 de setembro)**, dentre outros;

Veja outras datas de mobilização:

25 de janeiro: Romaria a Brumadinho pela Ecologia Integral

8 de março: Dia Internacional da Mulher

19 de abril: Dia dos Povos Indígenas

5 de junho: Dia Internacional do Meio Ambiente

4 de julho: Dia do Cooperativismo

16 de outubro: Dia Internacional da Alimentação

Novembro: Jornada por ocasião do dia Mundial dos Pobres.

20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra

10 de dezembro: Dia Internacional dos Direitos Humanos

- utilizar espaço na mídia e nas redes sociais para divulgar questões de interesse da comunidade, promovendo a discussão da conjuntura local, nacional e internacional;
- manifestar-se individual e coletivamente por canais institucionais e redes sociais, denunciando injustiças e desrespeito aos direitos de cidadania ou mesmo para solicitar serviços em rede de distribuição de água, coleta de lixo, etc.

Acompanhamento do legislativo

Tão ou mais importante que eleger nossos representantes é acompanhar os mandatos dos eleitos. E para isso são mais conhecidos os **Grupos de Acompanhamento do Legislativo - GAL**.

Os integrantes de um grupo de Fé e Política deverão se empenhar em avaliar a possibilidade de criar um Grupo de Acompanhamento do Legislativo-GAL e também incentivar a participação dos cristãos onde esses grupos já existam.

Participando de grupos de acompanhamento do legislativo, de conselhos consultivos de mandatos ou nos movimentos populares, é importante que o leigo não se deixe instrumentalizar ou agir como “inocente útil” nas mãos de determinado político ou liderança, mas atuar como porta-voz da comunidade.

Para refletir:

1. Quais os interesses e motivações daqueles que participam dos grupos de Fé e Política?
2. Por que algumas pessoas procuram os grupos de Fé e Política somente em períodos eleitorais?
3. A prática dos políticos eleitos tem estado de acordo com os interesses do bem comum?

Para saber mais:

Caderno Encantar a Política

Caderno elaborado por uma rede de organizações, serviços, pastorais sociais e organismos da Igreja, Rede Brasileira de Fé e Política, com o objetivo de retomar questões importantes das Encíclicas do Papa Francisco que trataram de forma privilegiada a política como decorrência ética do mandamento do amor, assumindo-a no sentido mais profundo da palavra.



aponte a câmera do
seu celular e leia o
Qr-Code.

Economia de Francisco e Clara

Trata-se de um movimento que nasceu da convocação do Papa Francisco a jovens economistas, ativistas, organizações, movimentos populares e toda a sociedade para firmar novos pactos e transformar a economia em que vivemos. Esse chamado inspira-se no testemunho de São Francisco de Assis, chamado para “reconstruir o que estava em ruínas”. No Brasil, a articulação promovida pelos participantes passou a abranger também Santa Clara de Assis. Para conhecer seus princípios e como colaborar.



aponte a câmera do
seu celular e leia o
Qr-Code.

4º Encontro

PARA IMPLANTAR UM GRUPO DE FÉ E POLÍTICA



Nos três encontros anteriores vimos a importância da participação do cristão na política. A Igreja está propondo que os cristãos sejam cidadãos atuantes, que procurem, juntos, compreender os acontecimentos à sua volta e, à luz da sua fé, busquem mudanças na sociedade, tendo sempre como meta o cuidado dos pobres e excluídos.

Hoje, mais do que nunca, não podemos esquecer a força que têm os grupos organizados. De maneira organizada as pessoas são muito mais fortes para reivindicar direitos para os cidadãos. Participar de um desses grupos é ser sujeito da história. Qualquer pessoa da comunidade, de preferência com o apoio do pároco, poderá iniciar a organização de um grupo de Fé e Política.

Sugestões para a criação de um grupo de Fé e Política

Participação e apoio

- convidar especialmente pessoas que trabalham nas pastorais, movimentos sociais, grupos de oração e os vários outros trabalhos sociais que existem nas comunidades;
- buscar o apoio do pároco e oferecer-se para articular, com outras pessoas, um grupo de Fé e Política;
- reivindicar a participação de um membro do grupo de Fé e Política no Conselho Paroquial;
- ser um grupo sempre aberto e acolhedor para receber todos que desejarem participar;
- buscar assessoria política e teológica para fortalecer o alicerce da organização.

Na Arquidiocese de Belo Horizonte o Vicariato para a Ação Social, Política e Ambiental está à disposição para contribuir e animar o início da caminhada do grupo.

Material disponível

O estudo desta cartilha poderá servir de apoio inicial, porém, há que se buscar mais conhecimento. Para isso, o grupo poderá pesquisar material pertinente disponibilizado na Internet pela Arquidiocese de Belo Horizonte, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, pelo Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB, dentre muitos outros organismos interessados na difusão de conhecimentos sobre questões sociais e políticas. Veja, ao final desta cartilha, lista de sites de interesse eclesial, político e social.

Mobilização e ação

- Discutir com o grupo os problemas do bairro e da região, buscando diálogo e parceria com as escolas, os postos de saúde e o poder público, visando à melhoria do lugar;
- promover seminários e grupos de estudo que abordem as implicações políticas no cotidiano de nossa vida;
- organizar atividades como murais, palestras, reuniões, eventos culturais, para despertar o interesse das pessoas pela política, especialmente dos jovens;
- participar das reuniões de Fé e Política da forania, da região episcopal e dos encontros arquidiocesanos;
- participar ativamente de eventos comunitários e de caráter social na região onde o grupo está inserido;
- conhecer e compartilhar experiências com outros grupos e movimentos atuantes na região;

- descobrir pessoas que tenham disponibilidade para participar do GAL – Grupo de Acompanhamento do Legislativo do município. O grupo acompanha as reuniões do legislativo para depois editar um informativo que divulgue as ações dos parlamentares, para que a população possa avaliar seus eleitos. O GAL deve informar sobre os projetos em debate, a posição dos vereadores e do prefeito;
- incentivar a participação nos conselhos populares existentes (da Saúde, do Idoso, da Criança e do Adolescente, de Segurança Alimentar, de Habitação, etc.), nos colegiados das escolas, nas associações de bairro, nos grupos de pais, etc.

Registre em atas ou crônicas as reuniões e encontros do grupo.

Para refletir:

1. Quem mais podemos chamar para fazer parte do nosso grupo?
2. Que ações devemos realizar para o desenvolvimento de nosso grupo?
3. De que atividades nosso grupo pode participar neste momento?

Luz na caminhada

Preparar para as reuniões uma pequena oração, leitura bíblica ou canto.



Anexo A



Atribuições dos poderes executivo e legislativo

É importante que os grupos de Fé e Política tenham conhecimento do que fazem nossos representantes. Por isso, fique atento às atribuições dos poderes executivo e legislativo.

O executivo

Diz respeito às instâncias de poder que tomam decisões, mas também executam e aplicam as decisões do parlamento. São eles: presidente da República, governador de Estado, prefeito.

Presidente da República

É o chefe do poder executivo da União, eleito juntamente com o vice-presidente. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao presidente da República:

- nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, os governadores de territórios, o procurador-geral da República, o presidente e o vice-presidente do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei; escolher um terço dos ministros do Tribunal de Contas da União;
- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis federais;
- vetar total ou parcialmente projetos de lei federal;
- executar o orçamento formulado em conjunto com o Congresso Nacional;
- celebrar atos e tratados internacionais;
- exercer o comando das Forças Armadas;

- editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do Artigo 62 da Constituição Federal;
- prestar contas anualmente ao Congresso Nacional.

Governador do Estado

- É o chefe do governo do Estado. Compete a ele:
- representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;
- sancionar projetos de leis provenientes da Assembléia Legislativa do Estado;
- vetar projetos de lei estadual;
- nomear secretários estaduais;
- executar o orçamento estadual formulado em conjunto com os deputados estaduais;
- prestar contas da administração à Assembléia Legislativa do Estado;
- preencher os cargos públicos, seguindo a Constituição Estadual e a Constituição Federal.

Prefeito

É o chefe do governo municipal. A ele compete, dentre outras funções:

- exercer a direção da administração municipal com as secretarias municipais e outros órgãos auxiliares;
- sancionar e vetar projetos de lei municipal;
- expedir decretos e regulamentos municipais;
- nomear e exonerar secretários;
- encaminhar ao Tribunal de Contas sua prestação de contas;
- apresentar relatório sobre o andamento das obras.

O legislativo

É a instância de representação do povo, trabalhando na fiscalização do poder executivo e na apresentação e votação de leis e projetos.

Senador

É membro do Senado Federal e representante direto do seu Estado no Congresso Nacional. Ao senador compete:

- processar e julgar o vice-presidente, o presidente da República, os ministros de Estado, os ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador geral da República e o advogado geral da União, por crimes de responsabilidade;
- aprovar a escolha presidencial de magistrados, ministros do Tribunal de Contas, governadores de territórios, presidente e diretores do Banco Central, procurador geral da República e diplomatas;
- propor, debater e aprovar leis de interesse nacional;
- autorizar operações financeiras externas e condições de crédito;
- elaborar o Regimento Interno, para o funcionamento do Senado;
- elaborar, em conjunto com o presidente da República, o orçamento nacional;
- suspender a execução de lei declarada inconstitucional.

Cada Estado é representado por três senadores, havendo assim uma representação igualitária; a cada quatro anos renovam-se um terço ou dois terços dos senadores, uma vez que o mandato é de oito anos.

Deputado federal

É membro da Câmara dos Deputados e representante direto da população no Congresso Nacional. Compete ao deputado federal, dentre outras atribuições:

- elaborar projetos de lei, decretos e emendas à Constituição Federal;
- emitir pareceres;
- votar projetos de lei;
- fiscalizar as finanças e o orçamento da União;
- participar das sessões plenárias;
- elaborar o Regimento Interno da Câmara Federal;
- eleger os membros do Conselho da República;
- elaborar, em conjunto com o presidente da República, o orçamento nacional;
- autorizar, por dois terços de seus membros, a abertura de processo contra o presidente da República, o vice-presidente da República e os ministros de Estado.

Deputado estadual

É membro da Assembleia Legislativa. Elabora e vota as leis estaduais. Segundo a Constituição do Estado, compete a ele, com a sanção do governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado. E ainda:

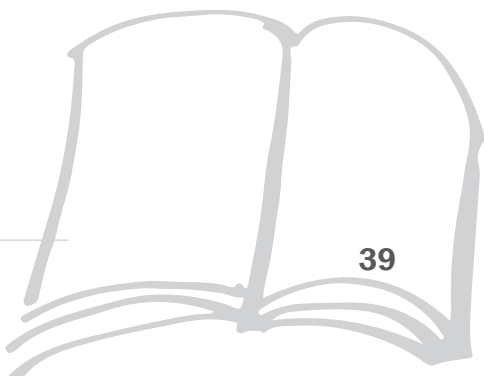
- elaborar projetos de lei, decretos e emendas à Constituição Estadual;
- emitir pareceres;
- votar projetos de lei estadual;
- fiscalizar as finanças e o orçamento do Estado;
- participar das sessões plenárias;

- instaurar comissões parlamentares de inquérito, em âmbito estadual;
- elaborar, em conjunto com o governo do Estado, o orçamento estadual.

Vereador

É membro da Câmara Municipal. Elabora e vota as leis municipais. Compete também ao vereador:

- legislar sobre assuntos de interesse local;
- suplementar a legislação federal e estadual;
- legislar sobre tributos municipais;
- apresentar projetos de lei, decretos legislativos, resoluções e emendas;
- formular requerimentos, moções, indicações;
- emitir pareceres;
- participar de debates e votações;
- eleger a mesa diretora da Câmara de Vereadores e das comissões;
- elaborar o Regimento Interno da Câmara Municipal;
- comparecer às sessões plenárias;
- comparecer às reuniões das comissões;
- votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara Municipal.



Anexo B



Noções de política pública

Introdução

A cidade é o lugar onde vivemos, mas nem sempre está como nós gostaríamos que estivesse. Isso acontece porque existem problemas cuja solução depende de outras esferas, além dos governos e da sociedade locais. Por isso, quando olhamos nossa cidade para pensar seus problemas, não partimos do zero. Temos que ter um olhar crítico baseado em informações qualificadas. Nesse sentido, sugerimos que questões da nossa cidade sejam discutidas, lembrando sempre que algumas são também responsabilidade de outras esferas do governo: estadual e federal.

O que são as políticas públicas?

Apesar de não existir uma definição satisfatória de “política pública”, utilizamos, nesta cartilha, essa expressão como o equivalente da expressão inglesa *policy*: um conjunto de ações ou normas de iniciativa governamental, visando a determinados objetivos. Nessa perspectiva, política pública tem sempre caráter estatal, ainda que sua execução, através de programas, projetos e atividades, possa envolver pessoas ou empresas públicas e privadas.

De acordo com essa convenção, portanto, uma ONG não formula nem emite política pública. O que não a impede de apresentar propostas de políticas públicas a diferentes níveis (federal, estadual ou municipal) ou poderes (executivo, legislativo e judiciário) de governo, criticar ou apoiar esta ou aquela política pública, ou até mesmo assumir funções típicas de agências governamentais na execução de uma política ou programa.

Agências internacionais multilaterais e governos estrangeiros também formulam propostas de ação governamental para deter-

minados países, as quais só se convertem concretamente em política pública efetiva quando os governos desses países as adotam. Atores externos, às vezes, são extremamente importantes na formulação das políticas públicas de um país, como sabemos os brasileiros. Política pública difere daquilo que se entende por “política” — equivalente, em português, da expressão inglesa *politics* — ou seja, dos métodos de resolução pacífica dos conflitos, aplicados tanto nos assuntos da família, dos clubes, profissionais, sindicais... quanto nas relações partidárias, parlamentares e internacionais.

Porém, política pública está intimamente ligada à atividade política, desde a etapa da apresentação das plataformas dos candidatos — quando algumas políticas públicas têm destaque — no período das eleições, até a luta pela inscrição no orçamento de recursos para execução desta ou daquela política pública.

Portanto, as políticas públicas são formas consensuais com as quais o governo cumpre suas responsabilidades para proteger os direitos dos indivíduos e promover o bem-estar comum, visando à solução dos problemas nas áreas da saúde, educação, meio ambiente, transporte, saneamento, habitação, etc. Nos países democráticos, a formulação das políticas públicas leva em consideração os grupos organizados da sociedade civil, os quais, com sua participação, comprometem os setores beneficiados ou afetados pela política numa frente comum, que torna possível o desenvolvimento das ações e os ajusta a seu entorno e cultura.

Papel das políticas públicas

- responder a demandas (principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis) influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social;
- ampliar e efetivar direitos de cidadania;
- promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos

ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas);

- regular conflitos entre os diversos atores sociais que necessitam de mediação;
- legitimar o poder dos tomadores de decisão, dependendo, assim, da sua capacidade de organização e negociação.

Participação popular

Os problemas das cidades são vários e todos temos que nos responsabilizar pelas soluções.

A nossa participação não pode limitar-se a votar, nem mesmo a cobrar depois. É necessário nos envolvermos um pouco mais: temos que propor soluções e assumir algumas responsabilidades.

Em todas as questões sociais a nossa contribuição é fundamental. As políticas públicas podem e devem ser implantadas em parceria com a sociedade civil, através de ONGs ou de pessoas (motivação individual ou voluntária). Os espaços públicos, como os conselhos (da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Saúde, etc.) e fóruns, são um excelente espaço para desenvolver a cidadania.

As Câmaras Municipais não apenas fazem as leis, também são muito influentes na condução do dia-a-dia do município.

É importante conhecer e verificar se no nosso município:

- são abertos espaços institucionais previstos em lei, tais como os conselhos: Tutelar, de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Saúde, da Educação;
- são abertos outros espaços não previstos em lei, mas que democratizam o poder, como o Orçamento Participativo (que discute e define obras e recursos). Que outros espaços existem?
- como se dá a relação entre o executivo e o legislativo no seu

município? É crítica ou de subserviência?

- que grupos, movimentos, organizações sociais, sindicais, políticas, religiosas e outras se mobilizam, se articulam para incrementar a participação ou para exercer algum tipo de pressão sobre o executivo e o legislativo?

É importante conhecer para saber avaliar com quem se pode contar, no sentido de fazer valer os direitos dos cidadãos, sempre preservando o interesse coletivo.

Quando a sociedade se mobiliza, a cidadania se amplia.

Atuação da sociedade

A atuação da sociedade civil na fiscalização (monitoramento e avaliação) das políticas públicas é muito importante. Grupos de pessoas podem se organizar em torno de ONGs, grupos de Fé e Política, grupos de acompanhamento do legislativo, comitês de combate à corrupção eleitoral, associações de bairro, associações de moradores, grêmios estudantis e outras formas organizativas. As empresas também têm responsabilidades sociais a cumprir com o município: devem pagar seus impostos em dia e não sonegá-los; devem pagar todos os direitos aos trabalhadores (férias, FGTS, salário-maternidade, etc.); devem manter programas sociais (alfabetização e qualificação profissional, assistência à saúde do trabalhador, etc.); devem manter controle sobre a poluição (em caso de indústrias); e aquelas que têm mais de 100 funcionários devem contratar pessoas com deficiência, conforme determina a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Muitos colégios e universidades têm título de filantropia e, por isso, têm isenção de algumas contribuições. Mas a lei determina uma contrapartida: concessão de bolsas, investimentos em programas sociais, em qualificação dos funcionários, etc.

Anexo C



Os conselhos: parceria para fortalecer e aperfeiçoar a fiscalização do poder público

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. Afinal, ter o direito e exercer o direito são coisas diferentes.

A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas sociais, que não se esgota na eleição de chefes do executivo e de membros do legislativo.

Cabe aos conselhos, também, atuar na fiscalização dos gastos das verbas públicas destinadas aos municípios, quer pela União, quer pelos Estados, e ainda dos próprios orçamentos municipais. Porém, para que desempenhem uma fiscalização efetiva, é fundamental que tenham acesso às informações.

Os conselhos gestores de políticas públicas são uma consequência do princípio da participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas relativas aos direitos sociais, estabelecido na Constituição Federal. Em vários artigos da Constituição Federal é prevista a participação democrática na formulação de políticas públicas, entre outras, nas áreas da saúde, da assistência social, da criança e do adolescente.

A relação entre os conselhos e o Ministério Público

Atualmente, grande parte das verbas públicas relativas às políticas públicas sociais são repassadas pela União ou Estados aos municípios, no sistema chamado “fundo a fundo”. Ou seja, são ver-

bas carimbadas: se destinadas à assistência social, não podem ser usadas na educação e vice-versa. Por isso o papel dos conselhos é fundamental, pois, tendo acesso às contas correntes dos fundos, podem detectar irregularidades e acionar o Ministério Público.

Cabe ainda aos conselhos verificar se as entidades públicas e/ou privadas eventualmente beneficiadas por verbas públicas dentro de planos das administrações estão, de fato, aplicando-as como afirmaram que o fariam em seus planos de trabalho, aprovados anteriormente pelos órgãos da administração. Nesse sentido, os conselhos são muito importantes para o Ministério Público, pois podem auxiliar no papel de fiscalização da execução das políticas públicas, em quaisquer dos níveis da Federação – União, Estados e municípios.

Como o Ministério Público pode ser acionado?

Em quase todos os municípios existe pelo menos um representante do Ministério Público, que poderá ser encontrado em sua sede própria ou no fórum da cidade.

Se você tiver uma reclamação sobre alguma violação de direitos ou de um ato ilícito da administração, você pode se dirigir à sede do Ministério Público local e protocolar uma representação por escrito (se tiver documentos) ou marcar uma audiência, para que seja ouvido pelo representante do Ministério Público e, se for o caso, ter o seu depoimento tomado por escrito.

Para acompanhar a sua representação, você poderá fazê-lo pelo número do protocolo da entrega dos documentos ou pelo número do procedimento no qual prestou depoimento.

O que é uma ação civil pública?

A ação civil pública é prevista na Lei nº 7.347/85, que rege a possibilidade de o Ministério Público propor uma ação de natureza civil contra aqueles que causarem danos ao meio ambiente, ao con-

sumidor, a bens e direitos de valor estético, histórico, turístico e paisagístico, patrimônio público e qualquer outro interesse difuso ou coletivo; e, ainda, por infração à ordem econômica e à economia popular.

A Constituição Federal – em seu Artigo 129, incisos III e IX – estabelece ser função do Ministério Público promover inquérito civil público e ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, bem como outras funções que lhe forem conferidas por outros diplomas legais.

A ação civil pública também pode ser proposta por associação que esteja constituída há pelo menos um ano (requisito que, em alguns casos, poderá ser dispensado) e inclua entre suas finalidades a defesa dos interesses e direitos sociais acima mencionados. Existem outras leis que prevêm ações civis coletivas, como a Lei nº 7.853/89, que estabelece a Política Nacional das Pessoas Portadoras de Deficiências e o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

O que é uma ação de improbidade?

A ação de improbidade foi criada em 1992 pela Lei nº 8.429/92 e visa a punir os administradores do patrimônio e dos bens públicos quando esses cometem atos lesivos ao erário ou enriquecem ilícitamente, ou seja, quando cometem atos considerados em desacordo com a probidade administrativa. O mau uso de verbas públicas pode caracterizar ato de improbidade.

Esse tipo de ação não pode ser movido por associações e, portanto, as denúncias devem ser encaminhadas ao Ministério Público ou aos próprios órgãos de fiscalização e controle da administração pública.

Referências

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP). *Organizando Grupos de Fé e Política*. Belo Horizonte: PUC Minas; Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, 2007. [cartilha]. Disponível em: <https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2016/08/Organizando-Grupos-de-F%C3%A9-e-Pol%C3%ADtica-1.pdf>

PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium – A Alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Documentos Pontifícios 17. Brasília: Edições CNBB, 2013.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Si'. Sobre o Cuidado da Casa Comum. Documentos Pontifícios 22. Brasília: Edições CNBB, 2015.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica Fratelli Tutti. Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Documentos Pontifícios 44. Brasília: Edições CNBB, 2020a.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. 34. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

Sites de Interesse:

Arquidiocese de Belo Horizonte - www.arquidiocesebh.org.br

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - www.cnbb.org.br

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora - Cepast - CNBB - www.cepastcnbb.org.br

Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB - www.cnlb.org.br

Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB Nacional - www.crbnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra - CPT - www.cptnacional.org.br

Comunidades Eclesiais de Base - CEBS do Brasil -

www.cebsdobrasil.com.br

Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara” - CEFEP - www.cefep.org.br

Movimento Nacional de Fé e Política - MNFP - www.fepolitica.org.br

Cáritas Brasileira - www.caritas.org.br

Vicariato Episcopal para a Ação Social, Política e Ambiental - Arquidiocese de Belo Horizonte - www.social.arquidiocesebh.org.br

Créditos:

Esta cartilha é uma edição revista e atualizada da cartilha *Organizando Grupos de Fé e Política*, elaborada e distribuída pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em conjunto com o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, no ano de 2007.



“É tarefa de todos os membros do Povo de Deus fazer ouvir, ainda que de maneiras diferentes, uma voz que desperte, denuncie e se exponha. As estruturas de injustiça devem ser reconhecidas e destruídas com a força do bem, através da mudança de mentalidades, com a ajuda da ciência e da técnica e do desenvolvimento de políticas eficazes na transformação da sociedade. A proposta do Evangelho não é apenas a de uma relação individual e íntima com o Senhor. Ela é mais ampla: «é o Reino de Deus (cf. Lc 4, 43);”

DILEXI TE - SOBRE O AMOR PARA COM OS POBRES - Papa Leão XIV